

**Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional, da categoria/carreira geral de Assistente Operacional, Área de Auxiliar de Bilheteira, no Parque Zoológico da Maia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.**

1. Para efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (designada por LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho e da al. a), do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145 -A/2011, de 06 de Abril e dos n.ºs 1,2,4 e 5 do artigo 30.º da LTFP, torna-se público que, na sequência da deliberação da Junta de Freguesia da Cidade da Maia, em reunião de 10 de Maio de 2018, se encontra aberto, pelo período de 10 dias úteis, procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho, de assistente operacional, área de Auxiliar de Bilheteira, previsto e não ocupado no mapa de pessoal desta Freguesia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo prazo de 4 meses.

1.1 Duração do contrato: O Parque Zoológico da Maia, propriedade da Junta de Freguesia da Cidade da Maia, exerce uma atividade considerada sazonal, em que apresenta um ciclo de grande afluência de visitantes nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, exigindo um maior número de colaboradores.

2. Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, (designada por LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, Decreto Regulamentar n.º 14/2008 de 31 de Julho, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de Abril e Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018).

3. Âmbito do recrutamento: O recrutamento iniciar-se-á sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, seguido dos restantes, em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP.

4. Caracterização do posto de trabalho, carreira e categoria de Assistente Operacional, área de Auxiliar de Bilheteira:

- Emitir bilhetes de acesso ao Parque Zoológico da Maia e proceder à sua entrega, mediante a percepção do valor da receita;
- Emitir bilhetes de acesso a outras instalações da freguesia ou outras atividades recreativas promovidas pela freguesia;
- Prestar informações aos visitantes, encaminhando-os para as secções ou pessoas pretendidas;
- Registo informático e diário dos dados relativos à receita e movimento da bilheteira, procedendo ao arquivo físico dos mapas;
- Atender as chamadas telefónicas encaminhando para os departamentos respetivos;
- Efetuar marcações e registos de visitas escolares, visitas individuais e grupos organizados;
- Aceder e responder diariamente às solicitações que chegam via eletrónica;
- Efetuar mensalmente relatórios das visitas para estudos estatísticos;
- Assegurar o bom funcionamento dos equipamentos informáticos existentes na bilheteira;
- Apoio na organização de Festas de Aniversário;
- Exercer vigilância na entrada de acesso ao Parque Zoológico da Maia.

**EDIFÍCIO SEDE  
VERMOIM**

Avenida de Dom Manuel II, 1573  
4470 - 334 Maia  
Tlf.: 22 944 80 88 | Fax: 22 941 98 98

**PÓLO DE GUEIFÃES**

Largo do Terreiro  
4470 - 017 Maia  
Tlf.: 22 960 03 59 | Fax: 22 960 50 07

**PÓLO DA MAIA**

Rua da Igreja  
4470 - 184 Maia  
Tlf.: 22 944 85 21 | Fax: 22 948 64 95

4.1 A descrição do conteúdo funcional, não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional, nos termos do n.º 1, do art. 81.º, da LTFP.

5. A posição remuneratória do trabalhador recrutado obedecerá ao disposto no artigo 38.º, da LTFP, com os limites impostos pelo artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, mantido em vigor, através do art. 20.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro.

5.1 A posição remuneratória de referência: - 580€ (quinhentos e oitenta euros), correspondente à 1.ª posição, nível 1, da tabela remuneratória única.

6. Local de Trabalho: - Área da Freguesia de Cidade da Maia, Parque Zoológico da Maia.

7. Requisitos de admissão previstos no art. 17º da LTFP:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis da vacinação obrigatória.

8. Nível habilitacional: 11º ano;

9. Os candidatos devem reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação das respetivas candidaturas.

10. Formalização das candidaturas:

A formalização de candidatura é feita através de preenchimento de formulário próprio, disponibilizado em suporte papel na Sede da Freguesia Cidade da Maia e na página eletrónica <http://www.jfcidadedamaia.pt>. A sua entregue pode ser em mão durante o horário normal de atendimento ou podem ser remetidas pelo correio registado e com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para Junta de Freguesia de Cidade da Maia, Av. D. Manuel II nº 1573, 4470-334, Maia.

10.1 No formulário de candidatura deve constar a identificação expressa da referência do código de oferta na Bolsa de Emprego Público.

10.2 A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Curriculum Vitae atualizado, detalhado e assinado, mencionando, sobretudo, a experiência profissional anterior, e relevante para o exercício das funções do lugar a concurso bem como as ações de formação frequentadas, com alusão à sua duração;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações;
- c) Documentos comprovativos das ações de formação frequentadas onde conste a data de realização e duração das mesmas;
- d) No caso de o candidato já possuir vínculo de emprego público, deverá ainda apresentar declaração emitida pelo serviço público de origem, devidamente atualizada (reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), da qual conste:
  - A modalidade da relação jurídica de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa e desde quando, as últimas três menções de avaliação de desempenho e a identificação da carreira/categoria em que se encontra

inserido, com a identificação da respetiva remuneração reportada ao nível e posição remuneratória.

11. Assiste ao júri a faculdade de exigir a cada candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12. As falsas declarações prestadas pelos candidatos implicam a sua exclusão, independentemente do procedimento criminal a que haja lugar, nos termos da lei penal.

13. Nos termos do n.º 6, do art. 36.º, da LTFP, a aplicação dos métodos de seleção fica limitada à utilização de apenas um método de seleção obrigatório e um método de seleção facultativo: Avaliação curricular e Entrevista profissional de seleção;

14. Serão excluídos do procedimento concursal, os candidatos que obtiverem uma valorção inferior a 9.5 valores num dos métodos.

15. A Avaliação Curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida, para os candidatos que detenham relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Este método é realizado e valorado, nos termos do art. 11.º e do n.º 4, do art. 18.º da Portaria n.º 83 -A/2009.

16. A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente, os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Este método é realizado e valorado, nos termos do art. 13.º e do n.º 6, do art. 18.º da Portaria n.º 83 -A/2009.

17. A ordenação final dos candidatos resulta da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas nos dois métodos de seleção, sendo expressa numa escala de 20 valores, pela aplicação da seguinte fórmula, consoante os casos:

$OF = (AC \times 50\%) + (EPS \times 50\%)$  em que: OF – Ordenação Final; AC – Avaliação Curricular; EPS – Entrevista Profissional de Seleção.

18. De acordo com o disposto no artigo 8.º da Portaria nº 83 – A/2009, por razões de celeridade, designadamente a urgência deste recrutamento, será faseada a utilização dos métodos de seleção da seguinte forma: - A aplicação do segundo método de seleção, apenas será realizada aos 5 melhores classificados, no primeiro método de seleção; Cada um dos métodos utilizados é eliminatório pela ordem enunciada, excluindo-se os candidatos que obtenham uma valorção inferior a 9,50 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguinte.

19. Em situações de igualdade de valorção, serão aplicados os critérios definidos no art. 35.º da Portaria referida, subsistindo a igualdade, a preferência de valorção será feita pela seguinte ordem: candidato com valorção superior na experiência profissional; candidato com valorção superior na formação profissional; candidato com valorção superior na habilitação académica; candidato com valorção superior no segundo método de seleção.

20. Composição do júri de seleção do procedimento:

Presidente: Olga Cristina Rodrigues da Veiga Freire, Presidente da Junta de Freguesia da Cidade da Maia;

1.º e 2.º vogais efetivos: Manuel Tavares da Costa Cardoso Gomes e Mário Jorge Guedes Martins

1.º e 2.º vogais suplentes: Mário Augusto Costa Ramos e José Carlos Santos Azevedo



20.1 No procedimento concursal, o 1.º vogal efetivo, substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

21. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação dos métodos de seleção, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, por escrito.

22. Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para a realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no art. 32º, e por uma das formas previstas nas alíneas do n.º 3, do art. 30º, da Portaria referida.

23. As listas dos resultados obtidos nos métodos de seleção, bem como a lista unitária de ordenação final, após homologação, serão afixadas nos polos administrativos da Freguesia de Cidade da Maia e divulgadas na página eletrónica <http://www.jfcidadedamaia.pt>.

24. Nos termos do disposto no n.º 1, do art. 19º, da Portaria nº 83 – A/2009, o presente aviso será publicado na 2ª série do Diário da República, na bolsa de emprego público, ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica da Freguesia de Cidade da Maia ([www.jfcidadedamaia.pt](http://www.jfcidadedamaia.pt)).

Cidade da Maia, 25 de maio de 2018.

A Presidente da Junta de Freguesia de Cidade da Maia

Olga Cristina Rodrigues da Veiga Freire